

.IX

Monte Molião (Lagos):  
resultados de um projecto em curso

Ana Margarida Arruda\*  
Elisa de Sousa\*  
Patrícia Bargão\*  
Pedro Lourenço\*

## RESUMO

Ao abrigo de um Protocolo que une a Câmara Municipal de Lagos, a Faculdade de Letras e a UNIARQ, e que visa o estudo do Monte Molião, realizaram-se, em 2006 e 2007, duas campanhas de escavação. Estes trabalhos de campo permitiram recolher importantes dados sobre as ocupações antigas do sítio, concretamente ao nível da arquitectura. Os espólios recuperados durante os trabalhos de campo possibilitaram também esclarecer aspectos relacionados com a integração do sítio no contexto regional e também supra-regional, ao longo da diacronia da sua ocupação.

É agora indiscutível que o Monte Molião esteve ocupado durante a Idade do Ferro, havendo dados que permitem datar, com mais precisão, o momento inicial dessa ocupação. Pudemos também verificar que o período romano-republicano está documentado, com materiais e estruturas, a partir de meados da segunda metade do século II a.n.e., e que na época imperial o sítio se revestiu de considerável importância.

O conjunto dos dados permite também perspectivar o momento do abandono, que terá ocorrido em torno aos meados do século II d.C.

## ABSTRACT

According to the pre-established protocol signed between the Lagos district, the Faculty of Letters of Lisbon University and Uniarq, between the years of 2006 and 2007, two archaeological campaigns were carried out to study Monte Molião. This field work gathered important data about the ancient occupation of the site, mostly about its architectonic features. The recovered materials allowed us to clarify some issues related to the interaction and integration of the site in the surrounding area along its human occupation.

It is now possible to establish, and precisely determine the beginning of the human occupation in late Iron Age. We were also able to establish an early roman republican occupation, according to artefacts and archaeological structures found.

Although it's ancient occupation, the site acquires greater importance during the Roman Empire, and it is abandoned shortly after, in the middle II c. A.D.

\* UNIARQ (Centro de arqueologia da Universidade de Lisboa). Faculdade de Letras. 1600-214 Lisboa. Portugal

## 1. Introdução

As campanhas de trabalhos arqueológicos que tiveram lugar em Monte Molião (Lagos) em 2006 e 2007 realizaram-se no contexto de um projecto de investigação financiado pela Câmara Municipal de Lagos, no âmbito de um protocolo assinado entre a autarquia, a Faculdade de Letras de Lisboa e a UNIARQ.

O objectivo fundamental do projecto é definir e caracterizar as ocupações antigas do Monte Molião, sítio conhecido desde o século XIX, mas do qual não existia ainda informação objectiva e substantiva. Estácio da Veiga, primeiro, e Santos Rocha, depois, limitaram-se, no essencial, a observar a existência de vestígios de época romana no local, tendo o último escavado uma sepultura em área anexa ao Monte. A ambos foi oferecido espólio, cujo destino final foi o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, respectivamente.

Já nos anos 90, Susana Estrela efectuou uma sondagem de reduzida dimensão (14,25 m<sup>2</sup>) no topo Norte do Cerro, sondagem essa que visou minimizar os impactos da construção de uma moradia, e cujos resultados foram publicados (Estrela, 1999).

O sítio permaneceu quase intacto até à actualidade, apesar de as destruições dos anos 80 e dos finais dos 90 do século XX, com a abertura do «estradão» junto à vertente Este, e com a construção da moradia no topo Norte, terem implicado perda considerável de informação.

Mas ainda que os poucos trabalhos no local tenham sido, quase sempre, pontuais e de reduzida

dimensão, o facto é que Monte Molião foi, de alguma maneira, mitificado, quer em termos locais e regionais, quer mesmo a nível nacional. Para isso contribuiu não só a qualidade e a quantidade do espólio das necrópoles anexas, como também o facto de o sítio ter sido sempre parte importante no debate a propósito da localização de Lacóbriga.

Monte Molião, uma colina de forma geral elipsoidal com 30 metros de altitude, localiza-se, no Concelho de Lagos, Freguesia de São Sebastião, na margem esquerda da Ribeira de Bensafrim, quase junto à sua foz (FIG. 1). O sítio está bem destacado na paisagem, dele se dominando visualmente toda

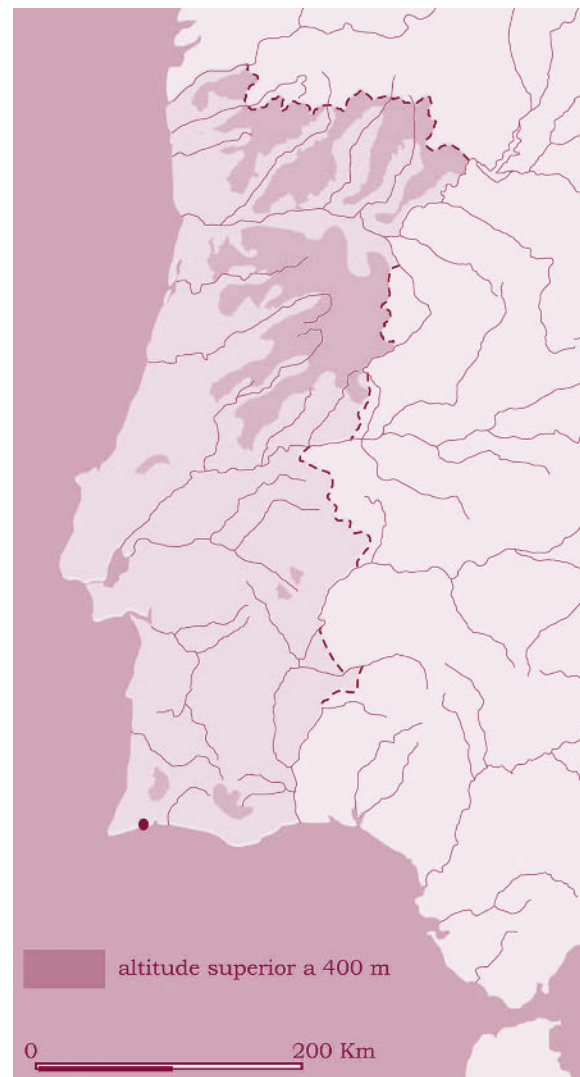


Fig. 1: Localização geográfica do Monte Molião.



**Fig. 2:** Vista aérea do Monte Molião (foto de Rui Parreira).

baía de Lagos (FIG. 2). De acordo com os estudos geológicos efectuados por A. R. Pereira, J. M. A. Dias e M. M. Laranjeira (1994), durante o primeiro milénio a.n.e., o estuário da Ribeira de Bensafrim era então consideravelmente mais largo e água rodeava, quase por completo, o Monte Molião (FIG.3).

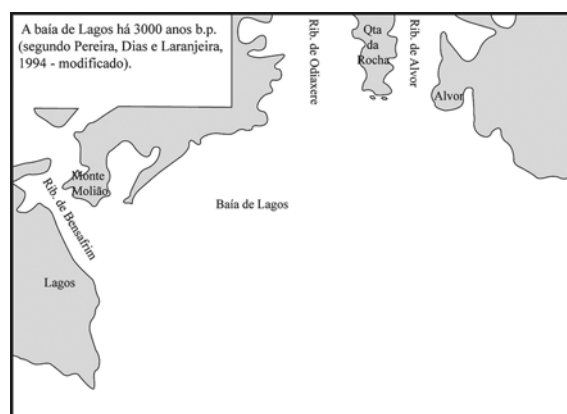
## 2. Os trabalhos: breve descrição da abordagem ao terreno e das metodologias

Avaliar a cronologia da ocupação do sítio, determinar o estado de conservação das estruturas e perceber a extensão da área habitada eram os objectivos que norteavam o projecto para Monte Molião e que determinaram a estratégia da intervenção no terreno.

Foram marcadas três áreas distintas de escavação, concretamente a Este (Sector A), no Topo (Sector B) e a Sul (Sector C), tendo a primeira e a última sido consideravelmente alargadas na campanha de 2007. Em todas elas foram recupera-

dos dados relevantes para a história da ocupação do sítio, quer ao nível do espólio quer no que se refere à arquitectura, ainda que, e como era previsível, se tenha verificado escassa potência estratigráfica no topo do cabeço.

Os resultados obtidos em 2006 nos sectores A e C implicaram o seu alargamento. Por outro



**Fig. 3:** Reconstituição da baía de Lagos no 1º milénio a.C.

lado, as múltiplas paredes identificadas, sobretudo no Sector A, justificaram a concretização de um levantamento topográfico de grande pormenor e realização de prospecções geofísicas, cujos resultados puderam cruzar-se com as plantas obtidas nas áreas intervencionadas (FIG.4 e 5).

### 3. A sequência da ocupação

Os trabalhos arqueológicos realizados em 2006 e 2007 no Monte Molião permitiram conhecer a sequência ocupacional do sítio, o que era tido como um dos objectivos fundamentais do Projecto. Ficou completamente comprovada a sua ocupação pré-romana, ocupação que se encontrou documentada,

quer ao nível do espólio quer arquitectonicamente, nos sectores C e B.

#### 3.1.A Idade do Ferro

##### 3.1.1. A arquitectura

As estruturas identificadas correspondem a unidades habitacionais, mas devem destacar-se particularidades construtivas específicas. Em relação a este aspecto concreto, ficou evidenciada a prática do afeiçoamento da rocha, onde se escavaram depressões, geralmente de planta quadrangular e rectangular, que definem as áreas dos compartimentos. Os alicerces pétreos das

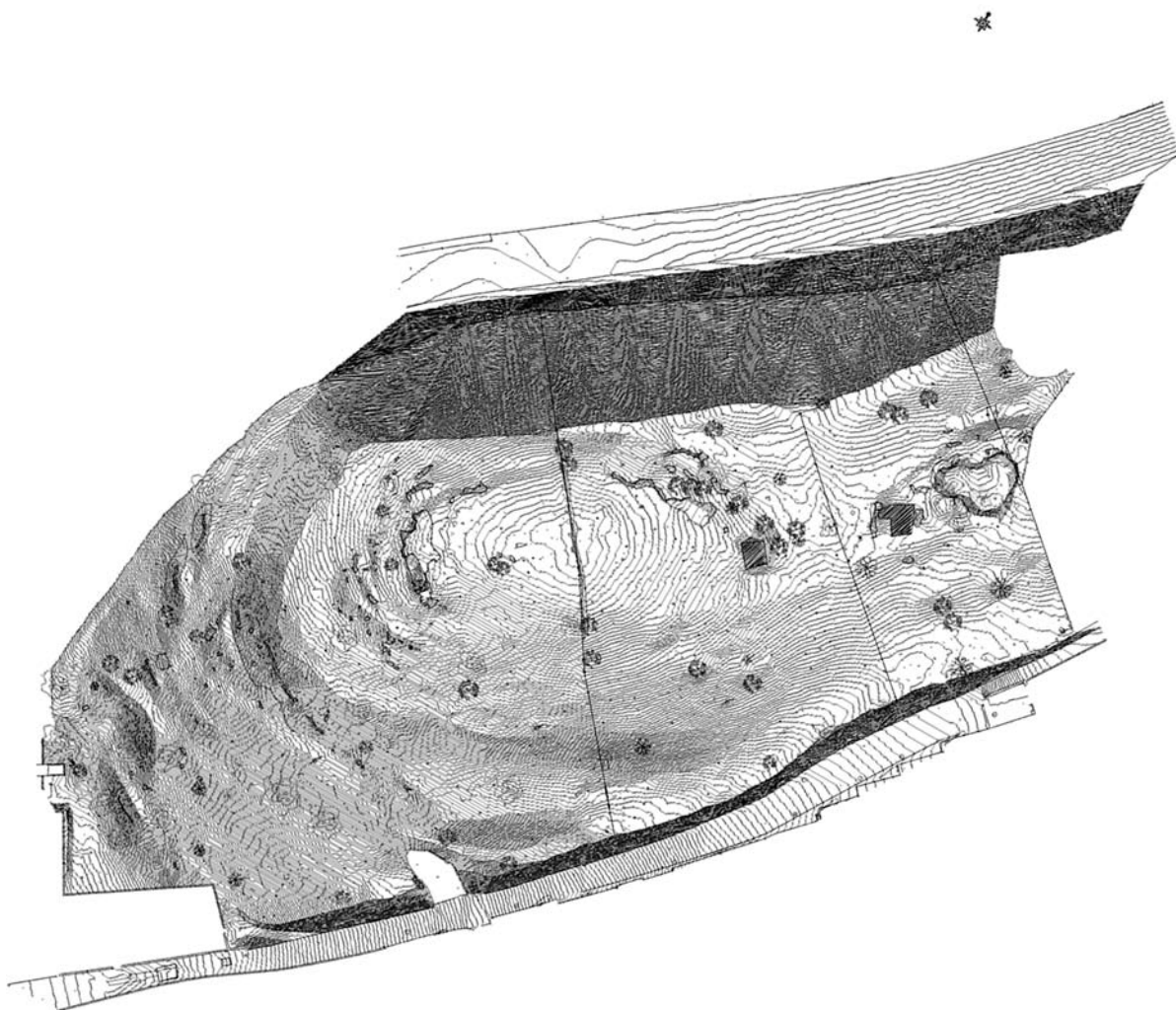
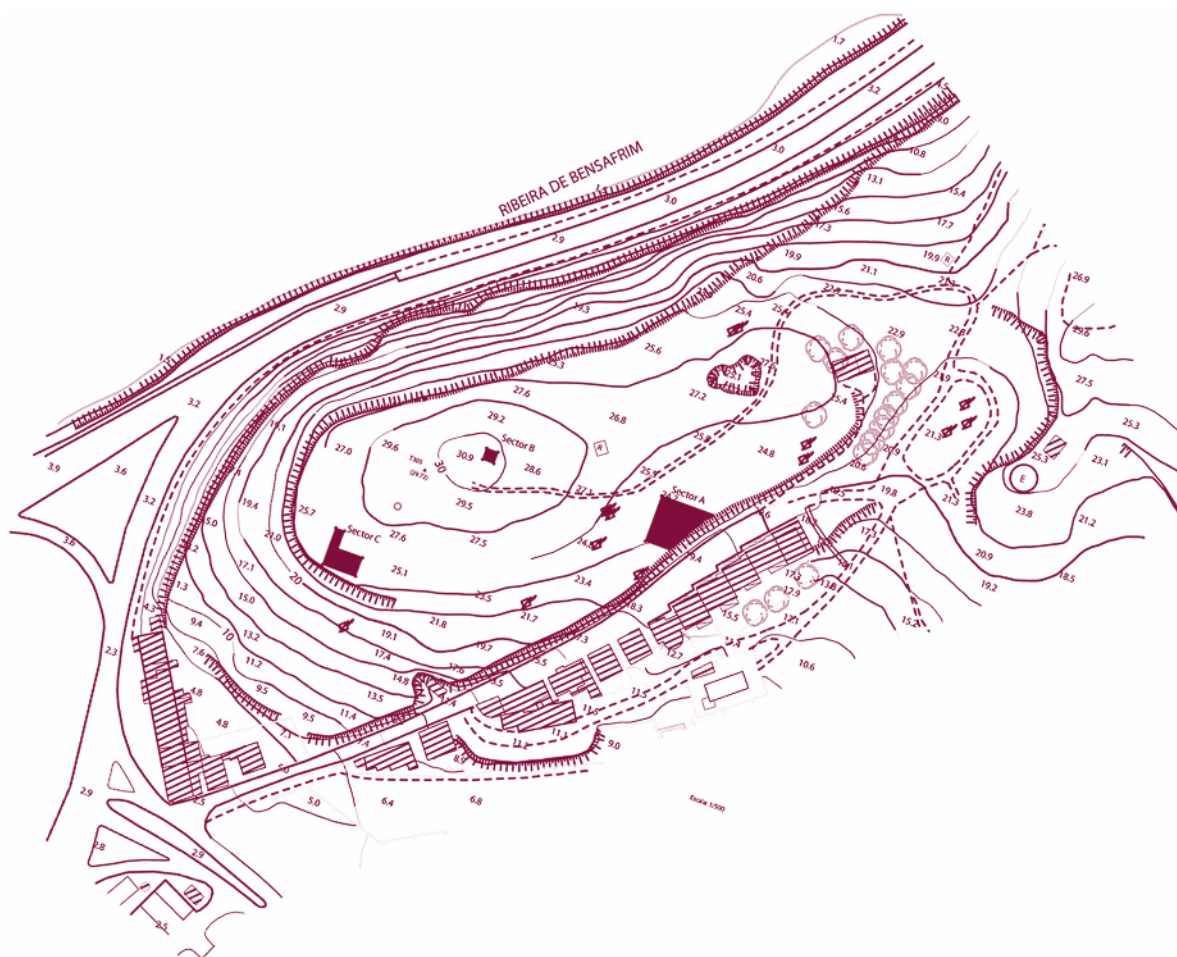


Fig. 4: Levantamento topográfico de Monte Molião (1: 50).





**Fig. 5:** Levantamento topográfico do sítio com a localização dos sectores intervencionados.

paredes dos edifícios encostam-se aos limites das depressões e, muito possivelmente, os alçados edificadas em altura seriam maioritariamente de taipa (FIG. 6 e 7).

No Sector C, e também escavados na rocha, e associados aos compartimentos, identificaram-se duas pequenas fossas que parecem corresponder a buracos de poste. A localização relativamente à parede Sul do compartimento 1 parece indicar que esses postes sustentariam uma estrutura exterior, possivelmente uma área de alpendre (FIG. 8, 9 e 10).

Uma outra fossa de maiores dimensões foi identificada no interior do mesmo Compartimento, ainda que a sequência deposicional observada não seja esclarecedora no que se refere à contemporaneidade de ambas as estruturas (FIG. 11). As

observações estratigráficas permitem afirmar que na construção da estrutura negativa houve dois momentos construtivos, diferenciáveis também através de depósitos de enchimento distintos, separados por uma espessa camada de calcário desagregado. A última função terá sido a de uma área de combustão estruturada, sendo a primeira mais difícil de aferir, ainda que, dadas as dimensões e o perfil, possa ser avançada a de armazenamento. Contudo, e ainda que se possa ter tratado de um silo, a quantidade e o estado de conservação do espólio recolhido no seu interior torna admissível supor que, entre abandono da primeira fase de utilização e a construção da lareira, a referida fossa foi usada como área de despejo de detritos domésticos.

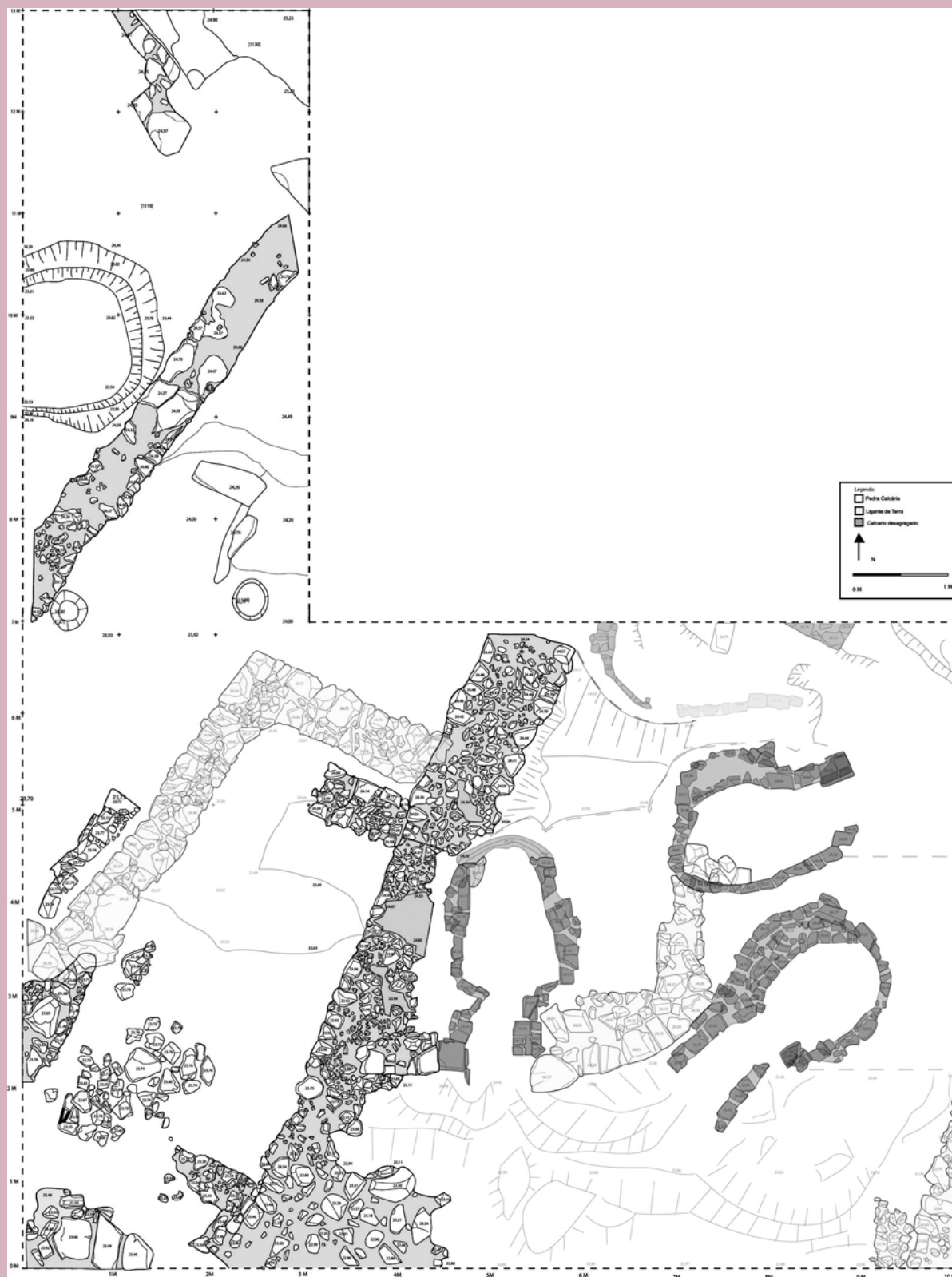




**Fig. 6:** Vista geral do sector B, onde é possível observar o afeiçoamento do substrato rochoso.



**Fig. 7:** Pormenor do encaixe das estruturas pétreas nos compartimentos escavados no substrato rochoso.

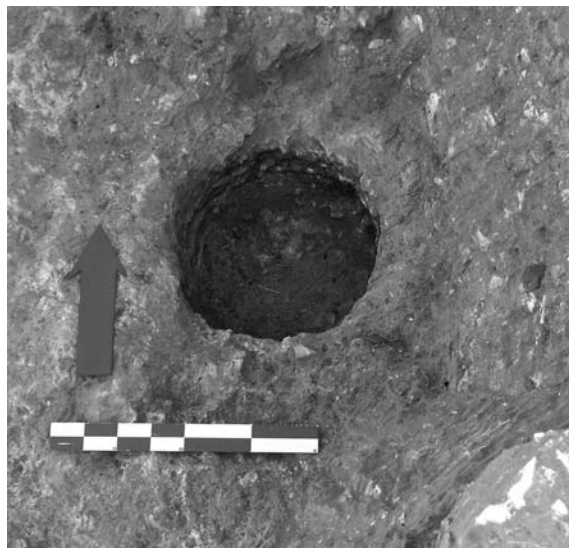


**Fig. 8:** Planta das estruturas pré-romanas do Sector C.





**Fig. 9:** Pormenor de um possível buraco de poste escavado no substrato geológico.



**Fig. 10:** Pormenor de um possível buraco de poste escavado no substrato geológico.



**Fig. 11:** Lareira localizada dentro da fossa pré-romana.

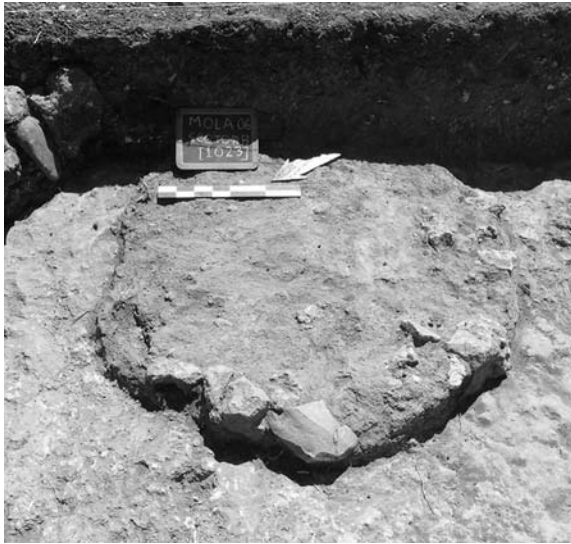
Por outro lado, e para além desta técnica construtiva muito particular, que corresponde ao primeiro momento da ocupação sidérica, existem construções assentes directamente sobre a rocha, que, tendo sido afeiçoada, pode não ter sido escavada, o que, no entanto, só poderá ser confirmado com os trabalhos futuros. Convém, no entanto, referir que estas, localizadas na área sul do Sector C, apresentam características substancialmente distintas das anteriormente descritas. Aqui as construções serão formadas por paredes muito

mais largas e de melhor aparelho, não se tendo recorrido à terra para levantar os alçados, sendo o calcário a matéria-prima utilizada em exclusividade (FIG. 8).

No Sector B, as estruturas habitacionais da Idade do Ferro foram também encaixadas em depressões escavadas na rocha. Foram definidos compartimentos, e no interior de um deles foi identificada uma estrutura de combustão. Esta era constituída por uma placa de argila limitada por pequenas pedras (FIG. 12 e 13).



Fig. 12: Planta das estruturas pré-romanas do Sector B.



**Fig. 13:** Pormenor da lareira identificada no Sector B.

Estas características arquitectónicas, mais especificamente aquelas cujos alicerces e os pisos de ocupação foram construídos na rocha especialmente talhada para o efeito, não são comuns na Idade do Ferro tardia do Ocidente, ainda que o talhe ocasional da rocha para assentar alicerces não seja completamente inédito em vastos espaços e em muitos tempos. O que parece raro é a planta dos compartimentos ser totalmente escavada no afloramento, como é o caso das estruturas de Monte Molião. Características construtivas idênticas são conhecidas na área de Cádiz, concretamente nos sítios de Cerro de Esperilla e Silla del Papa, sítios onde uma ocupação da segunda metade do 1º milénio a.n.e. está documentada (Informação pessoal de Mariano Torres Ortiz, a quem agradecemos). Contudo, não há dados que permitam associar, indiscutivelmente, as estruturas dos sítios gaditanos à Idade Ferro, até porque ambos tiveram uma importante ocupação romana, estando mesmo o primeiro identificado com a cidade romana de Cappa.

### 3.1.2. Os materiais

No conjunto dos materiais da Idade do Ferro, as ânforas não são expressivas em termos numéricos, revelando, contudo, alguma diversidade formal.

Encontram-se documentadas ânforas piscícolas, D de Pellicer e Mañá Pascual A4, integráveis na série 12, de Ramón Torres (1995), de produção gaditana e com cronologia já avançada no âmbito da Idade do Ferro. A mesma origem se adscrive aos exemplares de tipo Carmona, 8.2.1.1. de Ramón Torres, produzidas a partir do final do séc. IV a.n.e., mas perdurando por toda a centúria seguinte. Outro grupo bem representado engloba as ânforas oleárias produzidas na Campiña gaditana, de tipo Tiñosa, ou 8.1.1.2. de Ramón Torres (1995), com um enquadramento idêntico ao do grupo anterior (séc. IV e III a.n.e.). Cabe ainda referir a presença de ânforas do tipo B/C de Pellicer (1978), integráveis nas variantes evolucionadas desta forma, podendo centrar-se, cronologicamente, no séc. III a.n.e. (FIG. 14).

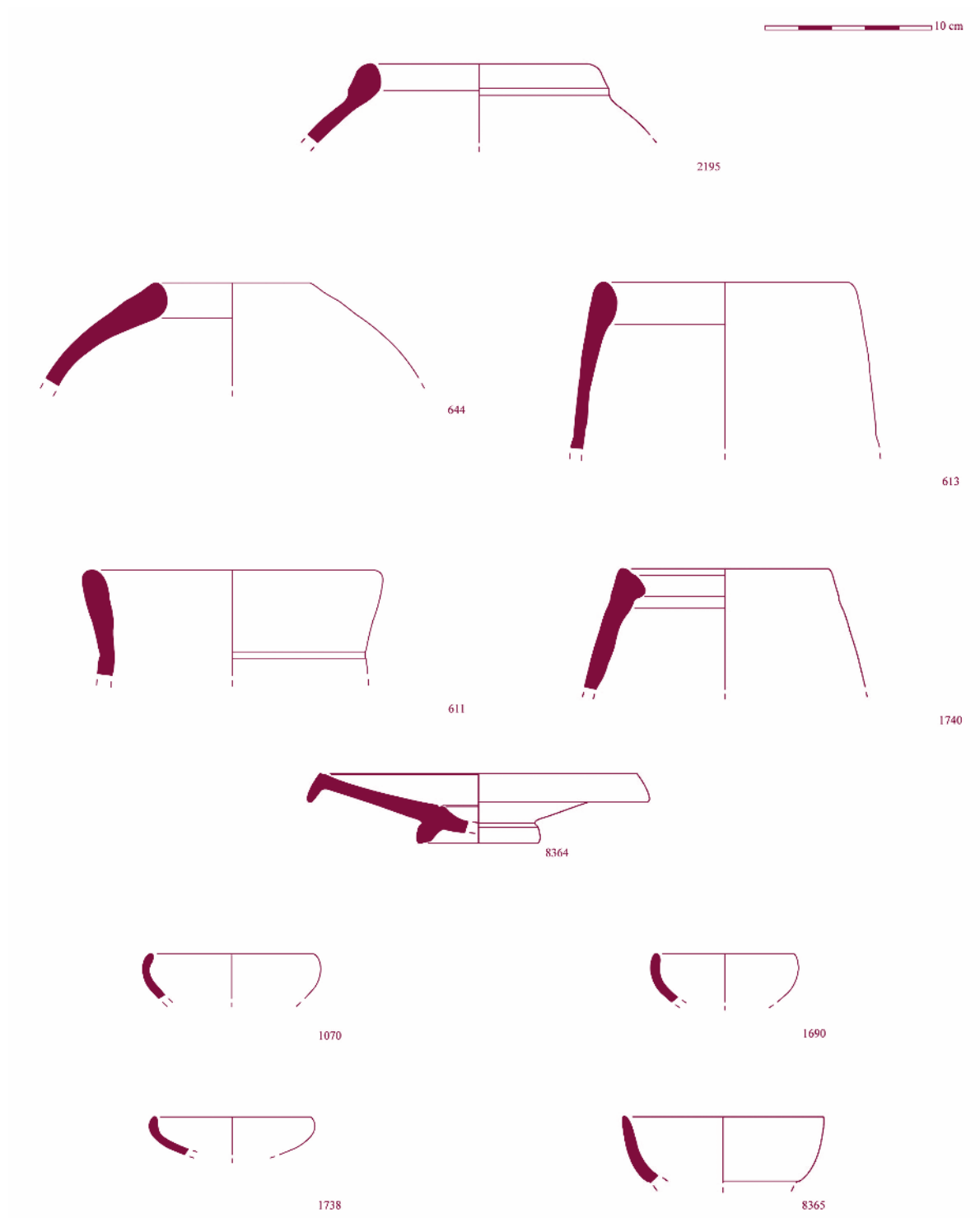
O conjunto anfórico da Idade do Ferro de Monte Molião apresenta semelhanças evidentes com outros já estudados no restante território algarvio, em cronologias coevas, como é o caso de Castro Marim (Arruda, 2001; Arruda *et al.*, 2006) e de Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Sousa, 2005) e talvez mesmo de Tavira (Maia, 2006).

Vários exemplares de cerâmica de “tipo Kuass”, cujo início de produção, na área de Cádiz, se encontra bem documentado a partir de finais do século IV a.n.e. (Bendala Galán e *al.*, 1994, p. 90; Niveau de Villedary y Mariñas, 2000, p. 188), foram também recolhidos. As formas mais frequentes são os pratos de peixe da forma II de Niveau e as taças de bordo reentrante da forma IX-A e IX-B. O tipo VII está também presente ainda que representado por um único exemplar (FIG. 14).

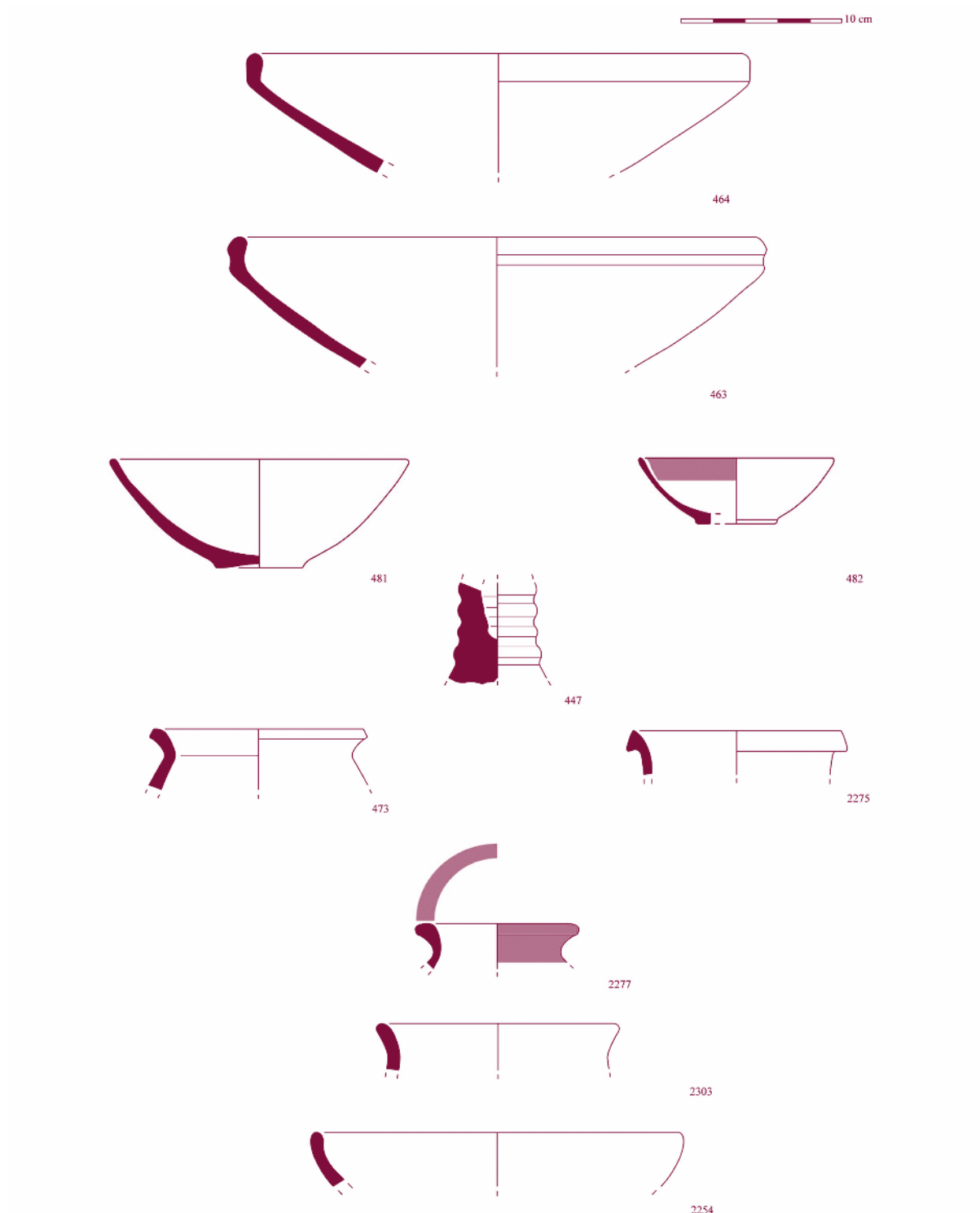
As mesmas formas produzidas em cerâmica comum foram também recuperadas em associação a outros vasos, como os alguidares, potes e/ou panelas, pequenos jarros e tigelas hemisféricas (FIG. 15).

As grandes taças carenadas, de bordo vertical, são abundantes nos níveis da Idade do Ferro, o que contrasta com a sua inexistência no restante território algarvio. Contudo conhecem-se, na zona de Cádiz, particularmente nos contextos do séc. III a.n.e. (Ruiz Mata y Niveau de Villedary y Mariñas, 1999; Niveau de Villedary y Mariñas, 2003b) (FIG. 15).



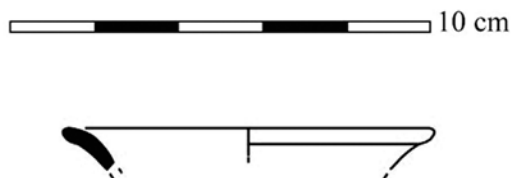


**Fig. 14:** Ânforas e cerâmica de tipo kuass dos níveis pré-romanos do Monte Molião. Ânfora do tipo B/C de Pellicer (n.º 2195), tipo D de Pellicer (n.º 644), tipo Maña Pascual A4 (n.º 613), tipo Carmona (n.º 611) e de tipo Tiñosa (n.º 1740). Cerâmica de “tipo Kuass” da forma II-A (n.º 8364), forma IX-A (n.º 1070 e n.º 1690), forma IX-B (n.º 1738) e VII (n.º 8365) de Niveau de Villedary y Mariñas.



**Fig. 15:** Cerâmica comum dos níveis pré-romanos do Monte Molião. Cerâmica a torno: grandes taças carenadas (n.º 464 e n.º 463), tigelas (n.º 481 e n.º 482), fragmento de um possível *thymiaterion* (n.º 447), potes/panelas (n.º 473, n.º 2275 e n.º 2277). Cerâmica manual: pote/panela (n.º 2303) e tigela (n.º 2254).

A cerâmica ática está representada por três fragmentos de reduzidas dimensões, dois dos quais são pintados com figuras vermelhas. Dois poderão pertencer a *Kilikies* e um terceiro parece tratar-se de um *Skyphos*. Uma cronologia dos finais da primeira metade do século IV a.n.e. é passível de admitir (FIG. 16).



**Fig. 16:** Fragmento de bordo de um *skyphos*(?) de cerâmica grega de figuras vermelhas.

Entre a totalidade do espólio sidérico, destaca-se um fragmento de pé do que classificamos, ainda que com reservas, como um *thymiaterion*, artefacto raro em contextos habitacionais (FIG. 15).

A cerâmica manual tem fraca expressão no conjunto da cerâmica da Idade do Ferro de Monte Molião, correspondendo a menos de 10% (FIG. 15).

Do ponto de vista formal, observa-se uma clara predominância da forma pote/panela, cuja função pode ser relacionada com a confecção e armazenamento de alimentos. As poucas taças podem ainda ter sido usadas no serviço de mesa.

### 3.2. O período romano-republicano

Da ocupação republicana de Monte Molião existem dados arquitectónicos e espólios vários. Entre estes últimos, destacam-se as cerâmicas, que correspondem, sobretudo, a recipientes de cerâmica comum. Uma análise macroscópica das pastas da maioria destes recipientes aponta para uma área de exportação centrada na baía de Cádiz. A nível morfológico, as formas abertas, em particular as tigelas, dominam nos inventários.

Ainda que os materiais republicanos tenham sido recolhidos em todos os sectores intervencionados, só no sector C é que essa recolha ocorreu em contextos arqueológicos primários de deposição, tendo sido possível obter dados estratigráficos que permitem a avaliar a cronologia desta ocupação. De

facto, no sector A, os espólios republicanos são em maior número, mas são, na totalidade, provenientes de estratos de aterro.

Os contextos estratigráficos da área C estão associados a um compartimento de que identificámos duas paredes (U.E.s [1102] e [1104]) (FIG. 17 e 18). Um desses contextos refere-se à vala de fundação de uma das paredes, e nele se recolheram dois fragmentos de cerâmica campaniense A e um bordo de uma ânfora de tipo greco-italico (FIG. 19).

Ainda que o espólio não seja numeroso, entendemos que uma cronologia de meados da segunda metade do século II a.n.e. é admissível para a formação desta unidade e, consequentemente, para a construção deste espaço habitacional.

A Norte e a Sul do compartimento, foram ainda identificadas outras U.E.s que a ele estão associadas e que correspondem à sua utilização e abandono.

Entre estas, destaca-se a presença de um contexto que regista ânforas dos tipos Maña C2, de produção da baía de Cádiz, Castro Marim 1, da área do Guadalquivir e Tripolitana Antiga. O material anfórico desta Unidade incluía ainda com um fragmento de bordo de uma Maña Pascual A4 (T. 12.1.1.1. de Ramón Torres, 1995), produzida também na baía de Cádiz. As ânforas oleárias africanas do tipo Tripolitana Antiga, assim como as produções gaditanas das Maña C2 e dos tipos evolucionados das Maña Pascual A4 são típicas de conjuntos datáveis entre os meados da segunda metade do século II e os inícios do século I a.n.e., como é o caso de Lisboa para a primeira cronologia (Pimenta, 2005), ainda que saibamos que os grupos hispânicos possam perdurar até aos finais do I a.n.e., como ficou demonstrado, por exemplo, em Castro Marim (Arruda *et al.* 2006). (FIG 19)

Ao nível da cerâmica comum, destaca-se a presença abundante de produções gaditanas, representadas por grandes quantidades de tigelas, alguns pratos e escassos recipientes que se podem integrar na categoria de potes/panelas, alguns dos quais de produção local. (FIG. 19).

A cerâmica dita fina está representada apenas por cinco fragmentos. Quatro são de campaniense de tipo A (um da forma 36 de Lamboglia e três da forma 31 da mesma tipologia) e um outro parece

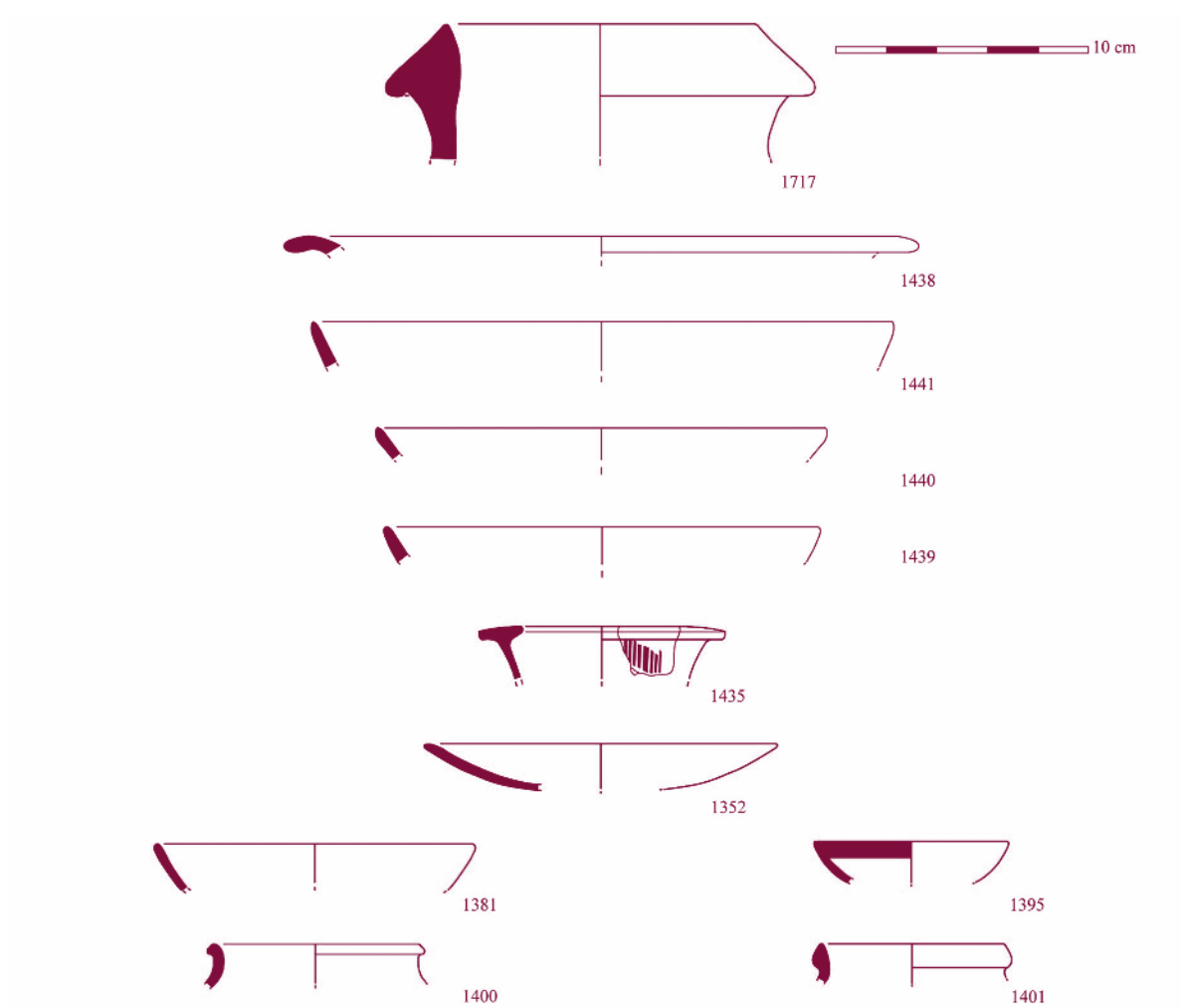




**Fig. 17:** Planta das estruturas republicanas do Sector C.



**Fig. 18:** Vista geral do compartimento republicano do Sector C.



**Fig. 19:** Sector C. Ânfora greco-italica proveniente de uma vala de fundação das estruturas republicanas (n.º 1717). Materiais de finais do séc. II - inícios do séc. I a.C.: cerâmica campaniense da forma 36 de Lamboglia (n.º 1438) e da forma 31 (n.º 1441, n.º 1440 e n.º 1439), *kalathos* (n.º 1435), tigelas (n.º 1352, n.º 1381 e n.º 1395) e potes/panelas (n.º 1400 e n.º 1401).

pertencer a uma taça helenística de relevos, integrando-se no que se designou de Taça Megárica (FIG. 20). Este fragmento apresenta uma decoração em relevo em forma de roseta de oito pétalas, enquadrada entre duas molduras simples. A pasta é bem depurada e de tonalidade laranja-avermelhada, apresentando ainda um engobe castanho avermelhado que cobre ambas as superfícies. Este tipo de características, aliada aos motivos decorativos, permitiu propor a classificação, bem como a proveniência, concretamente o Mediterrâneo Oriental. Este tipo de recipientes integra-se cronologicamente entre meados do séc. II a.n.e. e inícios da centúria seguinte (Pérez Ballester, 1994, p. 352) e era, até ao momento, desconhecido no actual território português. As taças ditas Megáricas são, em geral, pouco abundantes no Ocidente, estando, no entanto, assinaladas em Marselha, Toulouse (Pérez Ballester, 1994) e Lattes (Py, Adroher Auroux e Sanchez, 2001), em França. Na Península Ibérica, estão registadas na Catalunha, concretamente em Ampúrias, nas Baleares em Pollentia, e ainda em Múrcia, Alicante, Cartagena e Alcudia de Elche (Pérez Ballester, 1994).



**Fig. 20:** Fragmento de taça de tipo “megárica”.

A cerâmica de “tipo Kuass” também está documentada neste contexto, ainda que seja numericamente escassa, tendo sido possível identificar as formas II e IX de Niveau de Villerday y Mariñas. A permanência desta categoria cerâmica no período republicano já tinha sido atestada, quer na área de Cádiz (Bernal Casasola *et al.*, 1994, Niveau de Villerday y Mariñas, 2004) quer no território actualmente português (Sousa, 2005; Sousa e Serra, 2005).

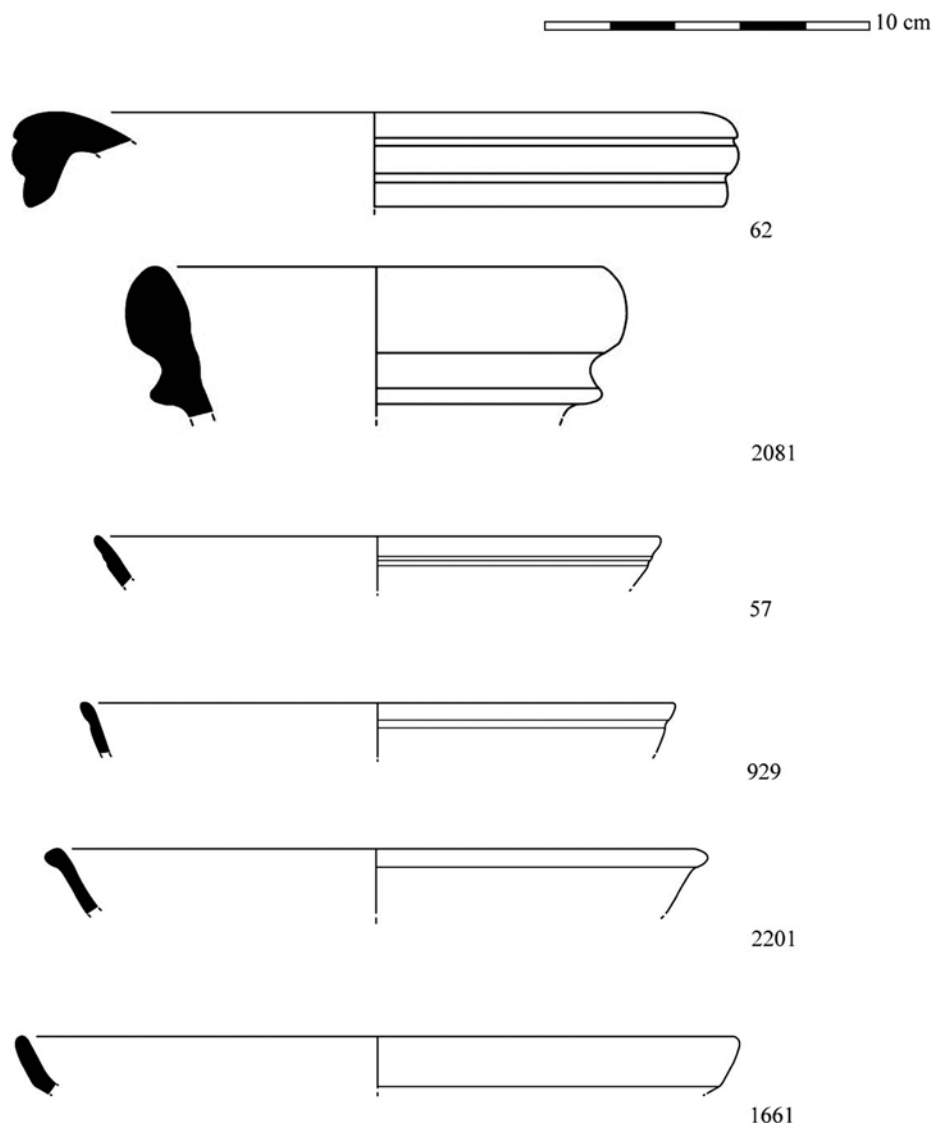
É necessário ainda destacar a presença de um fragmento de bordo de um *kalathos* ibérico neste

contexto, idêntico, aliás, ao que tinha já sido recolhido nas escavações que a Palimpsesto efectuou na plataforma Este do Monte Molião em 2005 (Sousa e Serra, 2005) (FIG. 19). Em Portugal, estes recipientes parecem estar relacionados com a chegada dos exércitos romanos, uma vez que foram identificados apenas em contextos de âmbito romano-republicano, como é o caso de Lisboa (Pimenta, 2005), do Forte de São Sebastião, em Castro Marim (Arruda e Pereira, neste mesmo volume) e de Conímbriga (Alarcão, 1976). Os *Kalathos*, produzidos na área valenciana, com muitos exemplares em Valência (Ribera i Lacomba, 1998), estão também presentes em Lixus (Aranegui Gascó, *et al.*, 2001).

O tipo de materiais presentes nesta unidade estratigráfica permite avançar com uma cronologia centrada entre os finais do século II a.n.e. e as duas primeiras décadas do século seguinte para a sua formação e, portanto, para a utilização do compartimento definido. A atribuição desta cronologia a este contexto assenta sobretudo no facto da cerâmica campaniense ser na totalidade de tipo A e na presença do *Kalathos*, uma vez que as ânforas recolhidas têm limites cronológicos excessivamente largos, podendo prolongar-se até aos finais do século I a.n.e. De qualquer modo, não podemos deixar de estranhar a ausência de tipos anfóricos mais específicos deste momento, concretamente as Dressel 1A e as 9.1.1.1., tipos que aliás provêm de níveis escavados pela Palimpsesto na plataforma exterior do sítio (Sousa e Serra, 2005). Mas esses níveis apresentam, ainda assim, grandes semelhanças com o contexto por nós escavado em 2006, até porque os argumentos *ex silentio* não devem neste contexto ser excessivamente valorizados.

Relativamente aos três últimos quartéis do séc. I a.n.e., não foi possível, até ao momento, escavar contextos primários de deposição. Mas a presença significativa de espólios tardo-republicanos em níveis de entulho e à superfície permite admitir que o sítio se manteve ocupado até ao início da Era (FIG. 21). Entre estes, e ao nível da cerâmica dita fina, destacamos cerâmica campaniense de produção calena, das formas 1, 1/8 e 5 (Marín Jordá e Ribera y Lacomba, 2000).





**Fig. 21:** Materiais do séc. I a.C. recolhidos durante as escavações. Ânfora do tipo Maña C2 (n.º 62), do tipo Classe 67 (n.º 2081). Cerâmica campaniense de produção calena da forma Lamboglia 1 (n.º 57 e n.º 929), 1/8 (n.º 2201) e 5 (n.º 1661).

### 3.3. A época romana imperial

Datam do período imperial as construções mais bem conservadas do Monte Molião.

No sector C, estas construções relacionam-se com actividades industriais e estão consubstanciadas em quatro fornos compostos por várias fiadas de *laterae* e *tegulae* ligados por um sedimento argiloso e compacto. Estas estruturas de combustão apresentam plantas e orientações variáveis, mas com

dimensões aproximadas ao nível da sua área (FIG. 22). Os fornos 1 e 2 possuem uma planta circular ou ovalada, constituída por uma parede circular externa, uma parede sub-circular interna de suporte à grelha e um corredor de alimentação. O forno 3 é presumivelmente idêntico em planta aos anteriores, mas o suporte da grelha seria efectuado com recurso a pilar central. O forno 4 tem planta piriforme. As paredes são também de *laterae*, mas uma delas é integralmente de argila (FIG. 23, 24, 25, 26).



**Fig. 22:** Planta da área onde se identificaram os fornos do Sector C.



Fig. 23: Forno 1.



Fig. 24: Forno 2.



Fig. 25: Forno 3.



Fig. 26: Forno 4.

Nas estruturas em melhor estado de conservação, os fornos 1 e 4, detectou-se a presença de tijolos vitrificados e verificou-se ainda que a última fiada conservada de parede era constituída exclusivamente por *tegulae*, o que sugere que era este o material que constituía a cobertura da câmara de cozedura.

O conjunto artefactual a que se encontram associadas estas estruturas é extenso e variado, sendo de destacar, pela sua abundância e estado de conservação, a cerâmica comum de produção local. Contudo, os fragmentos de ânforas, de *terra sigillata* (principalmente de produção sudgálica, mas também hispânica e africana), de cerâmica de paredes finas

(produzida na área de Cádiz) e de cerâmica de cozinha africana estão também presentes em quantidades apreciáveis.

A análise, embora ainda preliminar, do acervo cerâmico permite avançar uma cronologia de construção, ocupação e abandono deste espaço balizada entre o final do século I e os primeiros decénios do século II d.C. Esta cronologia é avançada tendo em consideração não só os materiais recolhidos em níveis associados aos fornos, mas também os que são provenientes dos aterros que foram depositados a Sul, de forma a conseguir uma plataforma que permitisse vencer o acentuado desnível que a área registava, e que datam a construção, e ainda os que

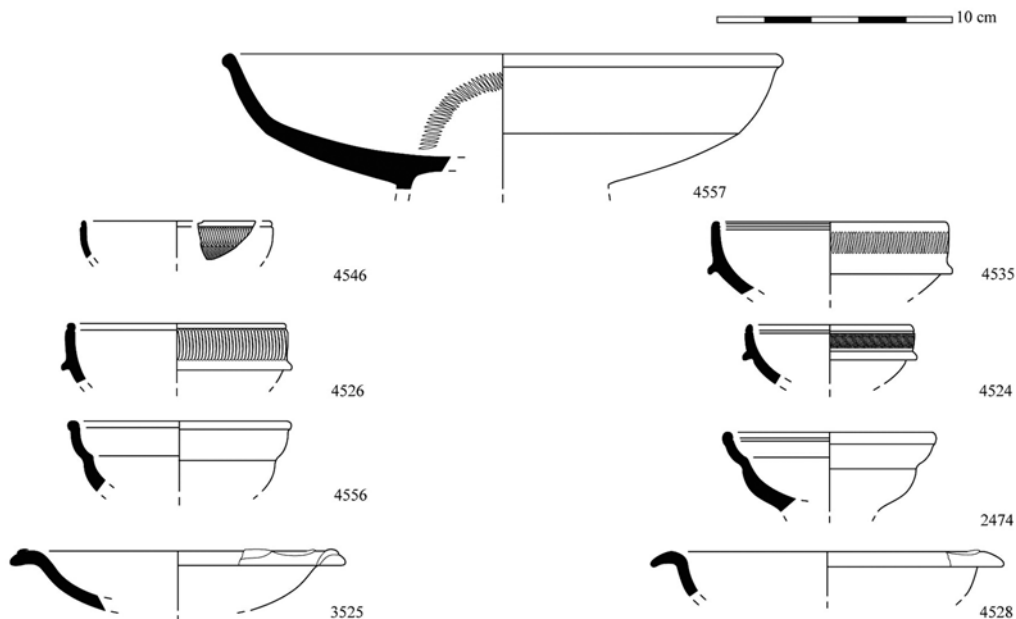
foram recuperados nas Unidades que correspondem ao seu abandono. Deve desde já referir-se que apesar de se ter verificado a existência de uma sequência de estratos que suporta estas nossas observações, a verdade é que os materiais exumados em todos eles apresentam uma considerável unicidade em termos cronológicos e ao nível morfológico, o que evidencia um período de tempo muito curto de construção/ utilização/ abandono.

Independentemente da estreita baliza cronológica proposta para a construção e utilização dos fornos, a interpretação estratigráfica indicia a presença de um faseamento que contempla três momentos distintos para a construção dos fornos. Um primeiro, de construção e ocupação das estruturas e depósitos dos fornos 1 e 4, realidade associada a três estruturas pétreas de aparelho «ciclópico» (uma das quais de planta arredondada) que estabelecem a ligação entre as duas áreas de combustão. No caso do forno 1, deve ainda acrescentar-se que ele próprio foi remodelado, havendo dados que permitem concluir que a construção da câmara de cozedura e do corredor do *praefurnium* não foi simultânea, tendo este último sido acrescentado à primeira, num segundo momento de utilização. O segundo momento

corresponde à construção e utilização do forno 2, edificado directamente sobre uma estrutura pétrea associada à fase anterior. O último momento de ocupação é o pior documentado e corresponde à construção do forno 3, que se encontra em pior estado de conservação. Não foi possível identificar esta estrutura na sua totalidade. Apesar desta sequência de construções, há dados estratigráficos que permitem admitir que no momento final os quatro fornos estiveram activos simultaneamente.

Como já atrás referimos, o acervo material exumado em contextos de construção e utilização dos fornos é muito abundante.

Destaca-se, em primeiro lugar pela sua qualidade e estado de conservação os fragmentos de *terra sigillata*, onde se verifica um esmagador domínio dos repertórios sud-gálicos. A maior parte dos exemplares decorados corresponde a tigelas hemisféricas da forma Drag. 37, estando também representadas as formas Drag. 29 e 30, sendo os motivos mais frequentes as decorações em óvulos simples e duplos com linguetas simples e tripartidas, decorações metopadas compostas por medalhões e painéis compostos por festões e motivos vegetalistas, enquadráveis em produções dos finais do século I d.C. (FIG. 27).



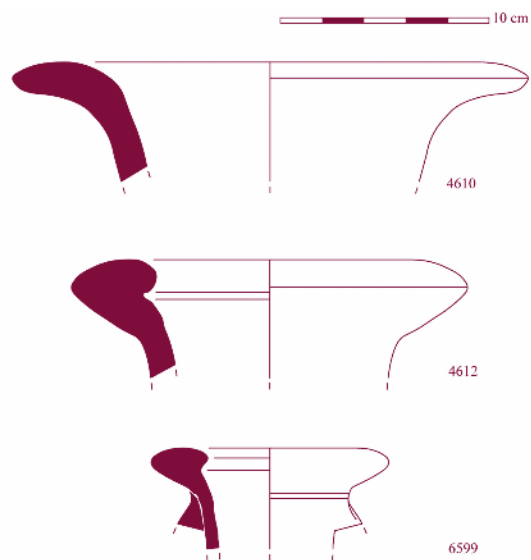
**Fig. 27:** *Terra sigillata* sudgálica associada aos fornos no Sector C. Formas Dragendorff 18/31 (n.º 4557), 24/25 (n.º 4546, n.º 4535, n.º 4526 e 4524), 27 (n.º 4556 e n.º 2474) e 35/36 (n.º 3525 e n.º 4528).

No que respeita às formas lisas, regista-se a presença de alguns exemplares da forma Drag 24-25 e 15-17. Contudo são dominantes as formas Drag 18, 27 e 35-36 com decoração de barbotina de folha de água, tendo sido recolhido ainda um exemplar da forma Ritterling 14, tipo até ao momento desconhecido no território algarvio (FIG 27).

A *terra sigillata* de produção africana encontra-se documentada por escassos fragmentos de Clara A das formas Hayes 7, 8 e 9, devendo salientar-se que a forma Hayes 7 é relativamente rara no território algarvio (Viegas, 2006).

Na análise dos escassos fragmentos de *terra sigillata* de fabrico hispânico, não podemos deixar de referir a presença de alguns pratos e tigelas de produção hispânica precoce inspiradas, muito provavelmente, em protótipos de recipientes de engobe vermelho pompeiano.

No conjunto anfórico, as produções béticas são claramente dominantes, com um número muito expressivo de contentores oleários do tipo Dressel 20, com perfis tipicamente flávio/trajano, ou mesmo posteriores (Bernal Casasola, 2000: p. 349, fig. 25). Da área da Baía de Cádiz, importaram-se preparados de peixe envasados, sobretudo em ânforas Beltran IIB (FIG. 28), mas existem ainda alguns exemplares de Dressel 7-11.



**Fig. 28:** Ânforas associadas aos fornos do Sector C, do tipo Beltran II B (n.º 4610) e Dressel 20 (n.º 4612 e n.º 6599).

A cerâmica de cozinha africana está representada pelas formas Hayes 23 A e B e Hayes 196 e 197.

A cerâmica comum é claramente maioritária dentro do conjunto cerâmico, registando-se a presença de mais de um milhar e meio de fragmentos classificáveis.

Os fabricos das produções comuns dividem-se, sumariamente, em duas áreas distintas, tendo sido possível identificar uma proveniência bética e uma outra local, sendo esta última esmagadora.

A nível formal, as produções locais caracterizam-se pela presença de formas fechadas que correspondem a panelas, potes, potinhos e tachos, e de algumas formas abertas como pratos de bordo simples, tigelas, taças e tampas, cuja expressão percentual é claramente inferior (FIG. 29).

As cerâmicas de uso comum de importação correspondem aproximadamente a um terço da amostra, tendo a análise macroscópica das pastas permitido identificar duas áreas de proveniência distintas no âmbito das importações béticas.

O conjunto destas últimas é constituído por alguns exemplares produzidos no vale do Guadalquivir, que classificamos, formalmente, como alguidares, sendo os restantes produzidos na área da baía de Cádiz (FIG. 30).

Morfologicamente, as formas abertas dominam as importações, sendo recorrente a presença de tigelas, taças, alguidares e almofarizes, sendo por isso rara a representação de formas fechadas, como potes e panelas.

De um modo geral, é notória a produção local de formas fechadas, que correspondem a recipientes de cozinha utilizados na confecção dos alimentos, e a importação de formas abertas, que correspondem maioritariamente a recipientes de mesa e de preparação de alimentos.

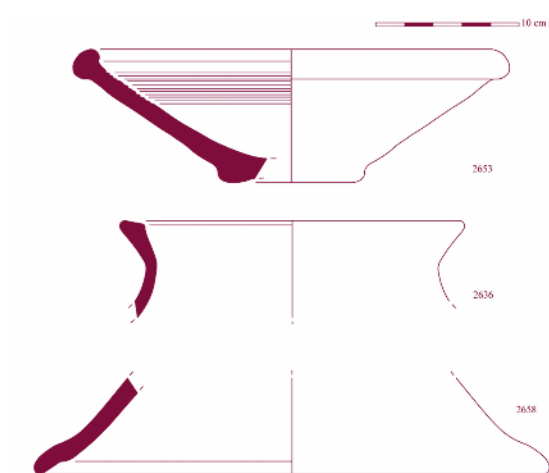
Destaca-se ainda a relativa abundância de produções locais de pratos de bordo direito, forma ausente no conjunto de materiais de importação (FIG. 29).

Este conjunto cerâmico merece ainda alguma discussão, concretamente no que se refere à sua cronologia, que, recordamos, situámos entre os finais do século I e os inícios do século II. Em primeiro lugar, e entre as importações, parece neces-





**Fig. 29:** Cerâmica comum de produção local associadas aos fornos no Sector C. Taça (n.º 3650), pratos (n.º 3699 e n.º 3709), panela (n.º 4143), tampas (n.º 3469 e n.º 3715) e potes/panelas (n.º 3912 e n.º 3984).



**Fig. 30:** Cerâmica comum de produção bética associadas aos fornos no Sector C. Almofariz (n.º 2653), pote/panela (n.º 2636) e tampa (n.º 2658).

sário destacar a presença maioritária de *terra sigillata* sud-gálica, ainda que as formas mais representadas sejam a Drag. 35 e 36, entre as lisas, e a 37 entre as decoradas, apesar de as 24/25, 27, 15/17, 18 e 29 estejam também presentes. Estes materiais poderiam sugerir uma cronologia de âmbito Flávio. Contudo, o aparecimento, em clara associação, de *terra sigillata* Clara A, das formas Hayes 7, 8 e 9, e ainda de cerâmica de cozinha africana, das formas Hayes 23 A e B, 196 e 197 permite avançar a datação para os primeiros decénios do século II. Recorde-se que a presença de importações africanas, justamente com estas formas, a partir pelo menos de um período tardo-flávio/Antonino tem vindo a ser demonstrado em vários sítios da Península Ibérica, concretamente e por exemplo em Córdoba (Vargas Cantos, 2000) e em Carmona (Vazquez Paz, 2006).

Durante a escavação de 2006 no sector A, foram identificadas várias paredes que pareciam formar parte de um mesmo edifício, ainda que dividido em vários compartimentos. Por outro lado, a limpeza do corte que a construção da estrada tinha aberto junto a este sector mostrava igualmente uma parede, bem conservada, construída com silhares que certamente integrava o mesmo complexo construtivo. Os dados estratigráficos permitiram datar o conjunto da época romana imperial, mais concretamente de um período compreendido entre o reinado dos Flávios e o início do dos Antoninos.

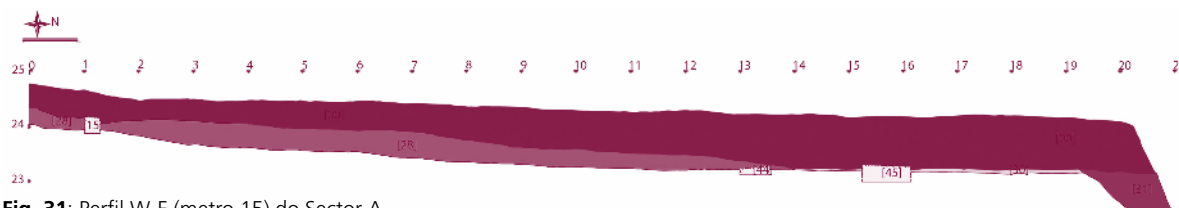
Decidiu-se assim alargar substancialmente a área, de forma a compreender, em extensão, a organização espacial destas construções, de modo a dar-lhes sentido arquitectónico.

O conjunto das construções romanas e dos níveis de ocupação que lhes correspondem estão cobertos por espessas camadas de aterro, que por vezes, atingem o 1 m de altura. Em algumas áreas

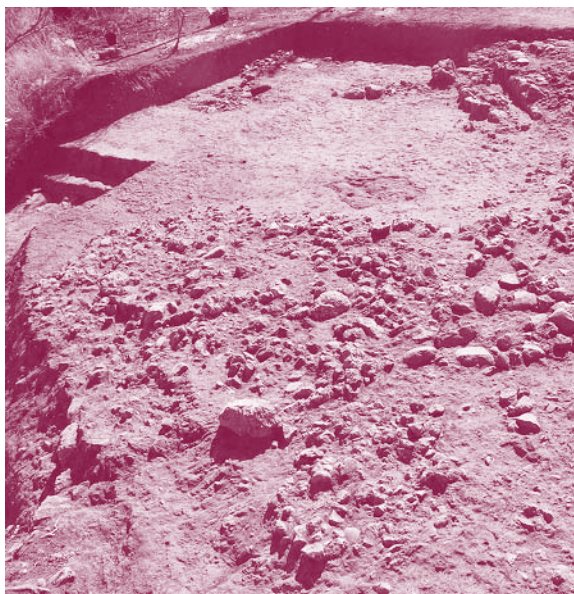
existem extensos derrubes que se sobrepõem a muros do conjunto edificado, e que, de algum modo, evidenciam construções de grande altura e dimensão (FIG. 31 e 32).

A dimensão da área intervencionada, bem como a potência dos níveis de aterro, e a extensão dos derrubes, acabaram por impedir que, no decorrer da Campanha de 2007, os níveis de ocupação associados às estruturas fossem escavados em profundidade, impossibilitando também a definição integral dos edifícios. Foi contudo possível levantar uma planta, ainda que parcial, das paredes visíveis após a remoção dos aterros e ainda escavar uma realidade que parece corresponder ao momento do abandono daqueles compartimentos (FIG. 33).

Os dados arquitectónicos obtidos na escavação puderam confrontar-se com os resultados das prospecções geofísicas que confirmam também a existência no local de um edifício de grandes dimensões compartimentado em espaços menores (FIG. 34).



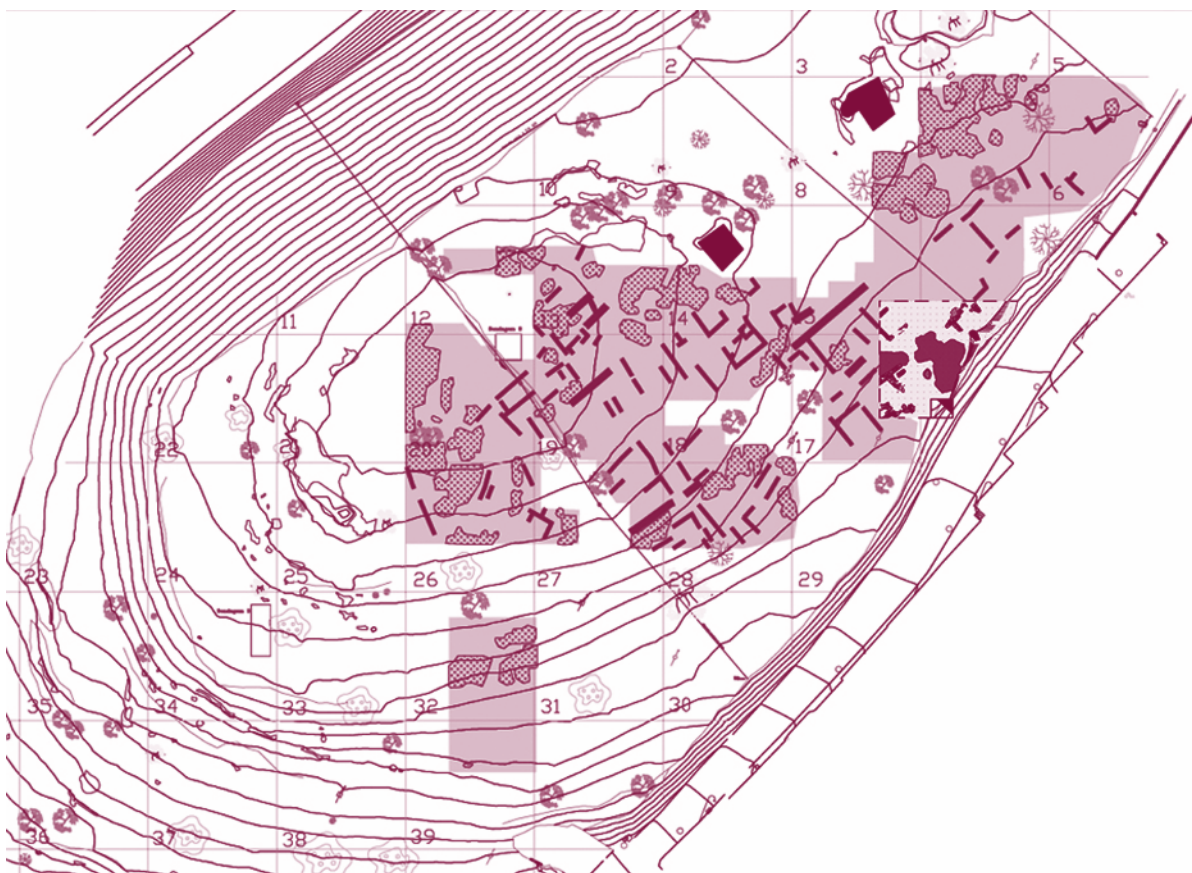
**Fig. 31:** Perfil W-E (metro 15) do Sector A.



**Fig. 32:** Pormenor do derrube do Sector A.



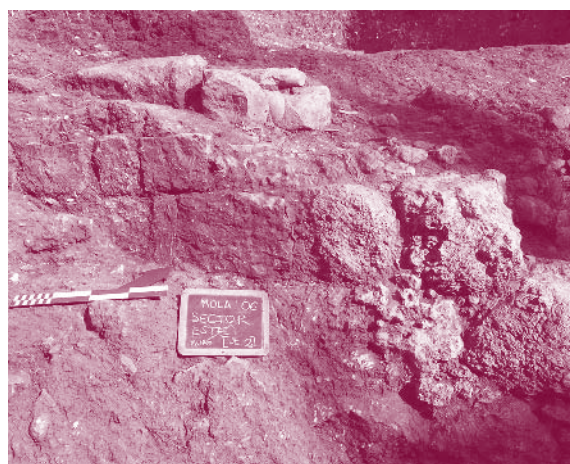
**Fig. 33:** Planta geral do Sector A.



**Fig. 34:** Interpretação arqueológica dos dados da prospecção geofísica.

É ainda cedo para avançar com qualquer interpretação funcional do conjunto edificado identificado no sector A. Contudo, as suas dimensões e as técnicas construtivas, concretamente a utilização de silharia de bom talhe, que torna clara a qualidade da construção, permitem admitir que neste espaço estaria implantado um edifício público (FIG. 35).

O espólio recolhido na U.E. [0029], que corresponde ao último momento de ocupação desta área, sugere uma datação centrada no segundo quartel do século II, talvez entre 130 e 150. A sustentar esta hipótese está, em primeiro lugar, o facto de a *terra sigillata* hispânica ser largamente maioritária, em relação à sud-gálica, situação inversa à registada na área dos fornos, que lembramos, datámos dos finais do século I, inícios do II.



**Fig. 35:** Pormenor do aparelho da estrutura identificada no corte este do Sector A.

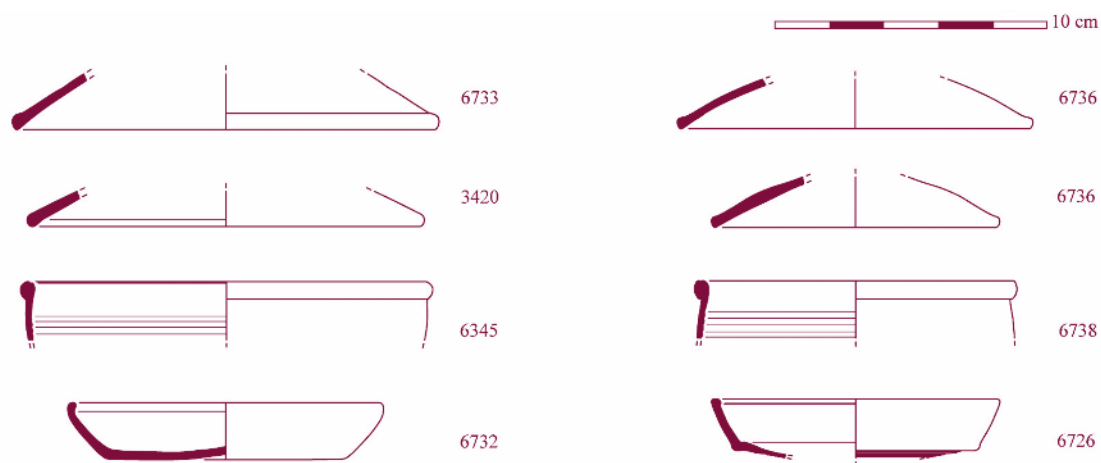
A cronologia avançada tem também por base os espólios, concretamente as formas de cerâmica de cozinha africana Hayes 23 A e B, 196 e 197 (FIG. 36) associadas à *terra sigillata* sud-gálica das formas 18, 15/17 e 27 de Dragendorff e à *terra sigillata* hispânica, representada pelas formas 27 e 15/17 da mesma tipologia.

Em relação às produções sud-gálicas, registam-se os perfis maciços e pesados dos nossos exemplares de Drag. 18, a inexistência de moldura externa na Drag 15/17, e ainda a ausência de *guilhoché* na parede externas das formas 27, factores que apontam para momentos avançados da produção de *sigillata* sud-gálica, concretamente para o reinado de Trajano (FIG.37). No que se refere à *terra sigillata* hispânica, nota-se a obliquidade da

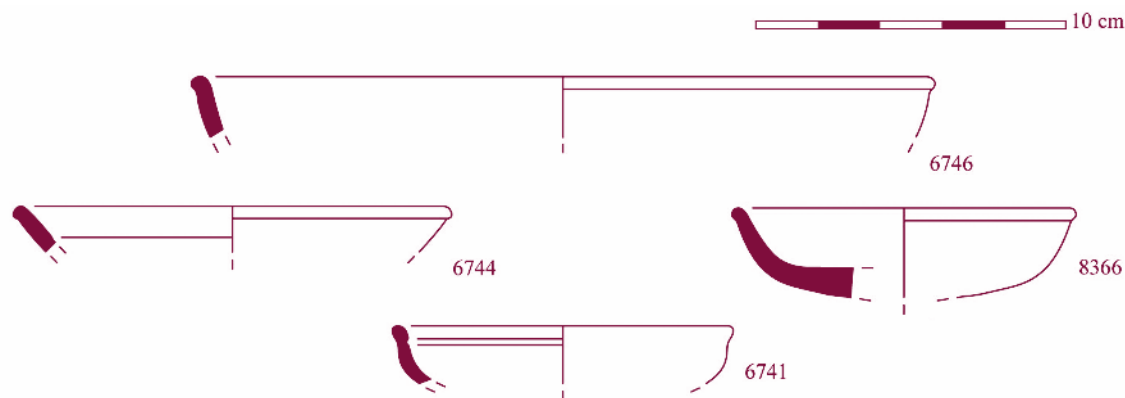
parede das formas 15/17. Mas são sobretudo as características morfológicas das taças da forma 27 que permitem avançar a cronologia para o segundo quartel do século II, dada a inexistência de lábio, e os dois quartos de círculo que formam o corpo serem já de dimensão quase idêntica, sendo as taças muito abertas (FIG. 38).

O conjunto integrava ainda cerâmica comum de produção bética costeira, onde foi possível distinguir a presença de potes/panelas, pratos, taças e um almofariz (FIG. 39).

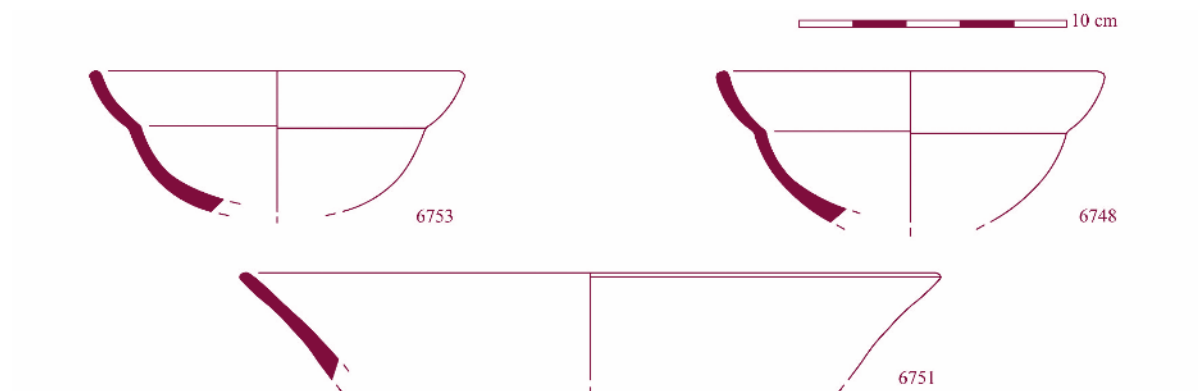
A construção propriamente dita não é por ora possível de datar, mas os abundantíssimos materiais de época flávia provenientes dos níveis de aterro poderá ser um indicador cronológico a ter em consideração.



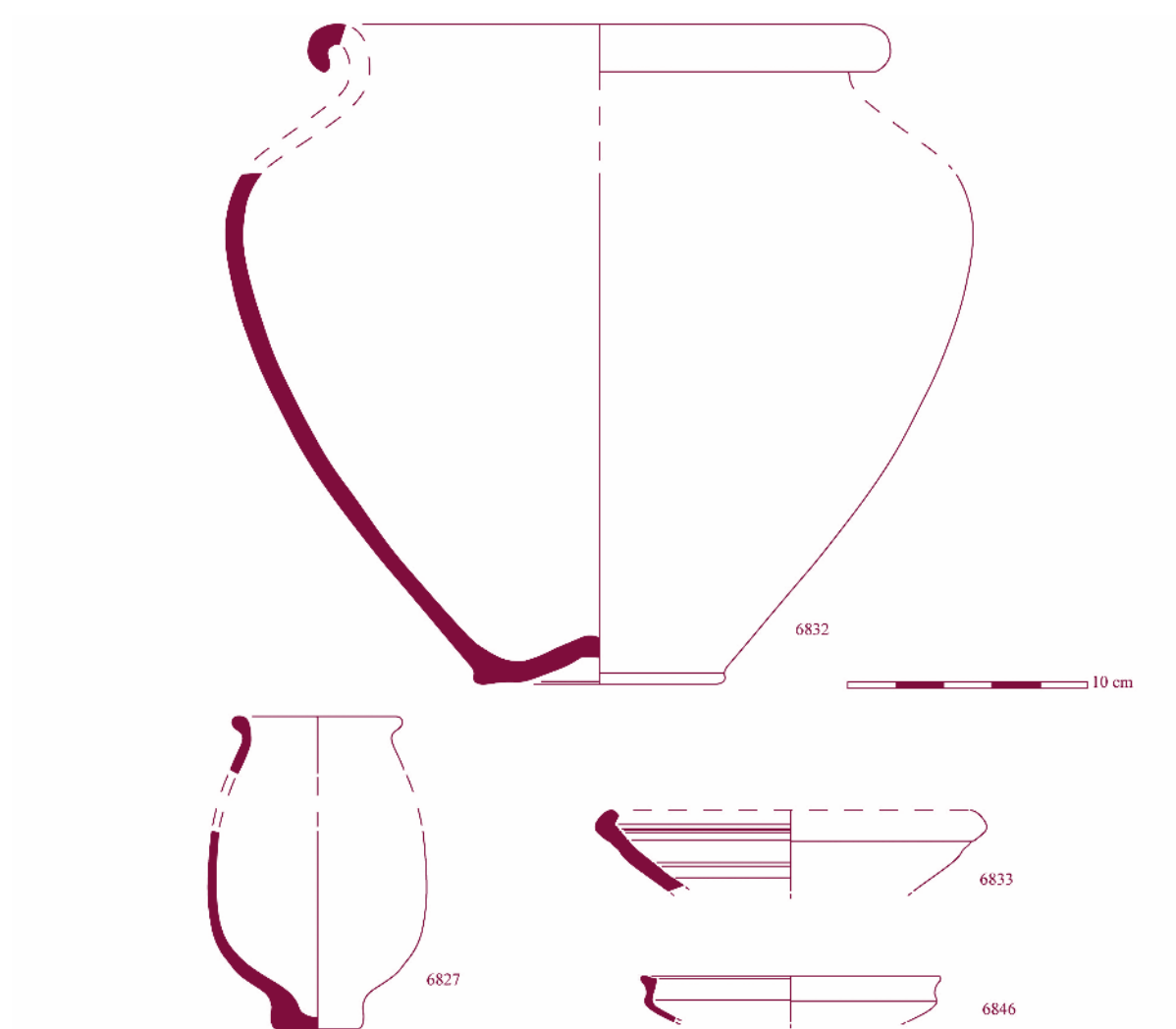
**Fig. 36:** Cerâmica de cozinha africana da U.E. [0029]. Forma Hayes 196 (n.º 6733, n.º 6736, n.º 3420 e n.º 6736), 197 (n.º 6345 e n.º 6738) e 23 A (n.º 6732) e B (n.º 6726).



**Fig. 37:** *Terra sigillata* sudgálica da U.E. [0029]. Formas Dragendorff 18 (n.º 6746, n.º 6744 e n.º 8366) e forma 27 (n.º 6741).



**Fig. 38:** *Terra sigillata* hispânica da U.E. [0029]. Formas Dragendorff 27 (n.º 6753 e n.º 6748) e 15/17 (n.º 6751).



**Fig. 39:** Cerâmica comum produzida na área da Bética Costeira da U.E. [0029]. Pote (n.º 6832), potinho (n.º 6827), almofariz (n.º 6833) e taça carenada (n.º 6846).



#### 4. Discussão

Os trabalhos de campo em Monte Molião, cujos resultados aqui apresentámos, decorreram em apenas duas campanhas, mas são já numerosos, parecendo evidente que a quantidade de informação disponibilizada merece discussão, tendo em consideração um contexto mais vasto.

No que se refere às ocupações pré-romanas, importa começar por referir que elas foram documentadas por materiais arqueológicos devidamente associados, contextualmente, a estruturas habitacionais. Esta ocupação, muitas vezes presumida para o sítio, mas ainda não arqueologicamente comprovada até agora, teve o seu início durante o século IV a.n.e. O momento exacto é contudo mais discutível, porque se tornou evidente que a totalidade dos níveis sidéricos, mesmo os escavados sobre a rocha, continham já cerâmica de tipo Kuass, o que permitiria avançar para o último quartel do século IV o início da ocupação, cronologia que poderia ser contrariada pela existência de três fragmentos de cerâmica grega, que, seguindo as tabelas cronológicas habitualmente adoptadas, faria recuar para meados do mesmo século esse mesmo início. Porém, sabemos que a utilização de cerâmica ática no ocidente pode conviver com a de tipo helenístico, atingindo assim o último quartel do século, havendo dados concretos sobre esta situação no Castillo de Doña Blanca (Niveau de Villedary y Mariñas, 2000) e em Carteia (Bendala Gálan *et al.*, 1994). A convivência no final do século IV, entre cerâmica grega e cerâmica de tipo Kuass, que foi registada em Monte Molião e na Andaluzia Meridional, parece também documentar-se na necrópole da Quinta da Queimada, localizada a escassa distância de Monte Molião, onde as duas páteras áticas da forma 22 de Lamboglia estão associadas ao que parece ser um vaso de tipo Kuass (Calado e Gomes, 2006). Com efeito a descrição do vaso bitroncocónico com as superfícies cobertas por «“verniz vermelho” ou engobe vermelho» (*ibidem*: 178) corresponde a uma produção de tipo Kuass de origem gaditana, integrando-se, genericamente, na forma XV de Niveau, forma que está presente também no Algarve, concretamente em Castro Marim (Sousa, 2005). Esta associação permite, também neste caso, avançar para o último quartel do século IV a.n.e. a

cronologia dos materiais e, consequentemente, da sepultura que os continha.

O início da ocupação de Monte Molião pode assim situar-se nos últimos anos do século IV, sendo assim esta a data que associamos à construção da maior parte das estruturas que, contudo, se mantiveram em utilização durante todo o século III a.n.e. É aliás deste momento que datará a maior parte do espólio recolhido nos níveis da pré-romanos.

A cronologia da primeira ocupação humana de Monte Molião é compatível com o que conhecemos de outros sítios sidéricos do Algarve ocidental e mesmo central, como é o caso de Faro e talvez de Vila Velha de Alvor. Com efeito, e como já se defendeu em várias ocasiões (Arruda, 2005; Arruda, Bargão e Sousa, 2005), a segunda metade do século IV é a data plausível para a «colonização» do Extremo Ocidente, o que contrasta com a situação verificada no Algarve Oriental, onde quer Tavira, quer Castro Marim evidenciaram níveis relacionados com a I Idade do Ferro, dos séculos VII a V a.n.e. Os motivos desta cronologia tardia para a chegada de populações mediterrâneas ao Algarve ocidental foi também já interpretada em função do papel que Cádiz representou na economia do Ocidente durante o 1º milénio a.n.e. e numa economia baseada na exploração de recursos agrícolas e marinhos, ainda que o tratado romano cartaginês de 348 a.n.e. pudesse também ser chamado à colação, se porventura Mastia e Tarseion correspondessem a territórios peninsulares, o que já foi questionado há pouco tempo por Pierre Moret (2002).

A gaditanização da Hispânia, para usar aqui a feliz expressão de Chic Garcia (2004), ainda que aqui aplicada para outra cronologia, parece ser a hipótese mais plausível, até porque a maioria dos produtos manufacturados e alimentares inferidos das cerâmicas recolhidas em Monte Molião, mas também na Rocha Branca (Gomes, 1993), Faro (Sousa, 2005), e nos níveis da II Idade do Ferro de Castro Marim (Arruda, 2001; Sousa, 2005) têm origem na área de Cádiz.

A ocupação pré-romana de Monte Molião pode integrar-se no que habitualmente se designa por «Turdetano», ainda que numa fase avançada.

Se o povoado correspondeu ou não à *Laccobriga* das fontes clássicas é tema que foi já

abordado em textos anteriores (Arruda, 2005, 2007) e que, naturalmente, tem que ter também em consideração os dados relativos à ocupação romana.

Estes últimos foram, como se viu, abundantemente recolhidos durante os trabalhos de campo.

Como já foi referido, o período romano republicano também foi identificado ao longo da diacronia ocupacional do sítio, tendo sido possível datar o seu início de meados da segunda metade do século II a.n.e.

Materiais datáveis do séc. I a.n.e., como é o caso da cerâmica campaniense B-óide, da cerâmica de paredes finas e das ânforas, foram também recolhidos no decurso das escavações, ainda que fora do seu contexto primário, indiciando que o sítio não sofreu qualquer hiato ocupacional nos finais do primeiro milénio a.n.e., o mesmo se podendo dizer para os inícios do Império. Com efeito, são numerosos os materiais enquadráveis cronologicamente na dinastia Júlio-Claudia, concretamente *sigillata* itálica das formas *Conspectus* 12, 15 e 18, de cronologia augustana, e mesmo ânforas, como as Haltern 70 e as Dressel 20 de bordo apenas espessado e arredondado externamente.

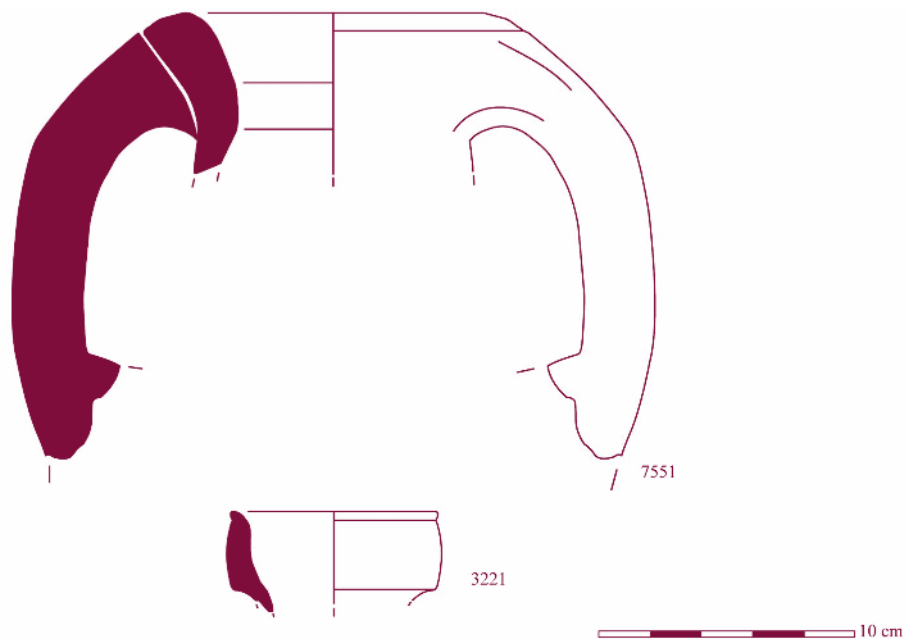
É a partir da segunda metade do século I que

se regista a maior percentagem de espólio recolhido em níveis conservados, com uma grande abundância de importações de *terra sigillata*, e uma esmagadora presença de cerâmica comum de produção local.

Esta informação aliada à concentração de estruturas identificadas nos trabalhos de escavação e prospecção geofísicas revelam a existência de um significativo aglomerado populacional, com um substancial poder aquisitivo.

A análise preliminar das estruturas identificadas no sector A não permite atribuir, com segurança, uma funcionalidade concreta, tendo-se tornado, contudo, evidente a presença de uma área edificada de consideráveis dimensões, cujo uso será, previsivelmente, determinado em futuras intervenções.

Os dados recolhidos durante as intervenções no terreno permitem concluir que ocupação humana de Monte Molião terminou em torno ao final da primeira metade do século II. Não podemos contudo omitir o facto de se terem recolhido alguns escassos materiais que datam do século III e mesmo IV. Num total de 10.000 peças inventariadas, três fragmentos de ânforas, provenientes de níveis revolvidos, cabem em tipos tardios, concretamente Almagro 50 (Keay XVI) e Almagro 51 C.



**Fig. 40:** Materiais do séc. III recolhidos nos níveis de aterro superficiais do Monte Molião. Ânforas do tipo Almagro 50 (n.º 7551) e 51 C (n.º 3221).

Julgamos, no entanto, que estas presenças não estão relacionadas com uma ocupação a partir do reinado dos Antoninos, quer pelo carácter residual das referidas ânforas quer pela total ausência de *sigillata* clara C ou D ou de qualquer outro espólio posterior a 130/150. As referidas ânforas Almagro 50 e 51C podem apenas traduzir presenças ocasionais no sítio, justificadas pela proximidade da necrópole, que se manteve em funções durante essas datas (Arruda, 2007), necrópole que possivelmente também serviu a população que se instalou na área da actual cidade de Lagos a partir do século I, e que aí permaneceu até ao século VI. Curiosamente, se o espaço dos vivos aparentemente se trasladou (de Molião para Lagos) a necrópole permaneceu em actividade.

Não podemos terminar sem manifestar o nosso reconhecimento a Elena Morán, arqueóloga da Câmara Municipal de Lagos, que esteve sempre disponível para resolver todos os problemas relacionados com os trabalhos de campo, e cuja dedicação a este projecto foi sempre indispensável à concretização de todas as tarefas com ele relacionado. A Catarina Viegas nunca regateou a ajuda que tantas vezes lhe solicitámos.

## 5. Bibliografia

**ALARCÃO, A.** (1976): *Céramiques préromaines. Fouilles de Conimbriga*. Paris. Vol. VI, p. 3-17.

**ARANEGUI GASCÓ, C.** (ed. cient.) (2001) – *Lixus – Colonia Fenícia y Ciudad Púnico-Mauritana; Anotaciones sobre su ocupación medieval. Saguntum Extra*. Papeles del Laboratorio de Valencia. Valência. 4.

**ARRUDA, A. M.** (2001): Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Actas do colóquio internacional "Os Púnicos no Extremo Ocidente"* (Lisboa, 2000). Lisboa: Universidade Aberta, p. 69-98.

**ARRUDA, A. M.** (2005): O I milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, vol. 23, p. 9-156.

**ARRUDA, A. M.** (2007): *Laccobriga e o seu território*. In *Laccobriga. A ocupação romana na Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, p. 7-48.

**ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E.** (2005): A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8: n.º 1, p. 177-208.

**ARRUDA, A. M. e PEREIRA, C.** (neste volume): As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim. In *Xelb 8 (Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve, 25 a 27 de Outubro de 2007)*.

**ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R.** (2006): A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. In *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. 13, p. 153-176.

**BENDALA GALÁN, M.; ROLDÁN GÓMEZ, L.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; MARTÍNEZ LILLO, S.** (1994): Proyecto Carteia: Primeros resultados. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 21, p. 81-116.

**BERNAL CASASOLA, D.** (2000): La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. I, p. 239-372.

**BERNAL CASASOLA, D.; LORENZO MARTÍNEZ, L.; EXPÓSITO ÁLVAREZ, J. A.; SÁEZ ROMERO, A. M.; DÍAZ RODRIGUEZ, J. J.** (2004): Las innovaciones tecnológicas itálicas en la alfarería gadirita (s. II a.C.). A propósito del taller anfórico de la Avda. de Portugal. In *Figlinae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética romana (ss II a.C.-VII d.C.)*. Vol. 2, p. 621-632.

**CALADO, D.; GOMES, M. V.** (2006): Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol 9, n.º 2, p. 171-175.

**CHIC GARCIA, G.** (2004): La gaditanización de Hispania. Las industrias alfareras y conserveras fenicio-púnicas de la Bahía de Cádiz. In *XVI Encuentros de Historia y Arqueología*. San Fernando: Caja Sur Publicaciones, p. 39-62.

**ESTRELA, S.** (1999): Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados.

*Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2: n.º 1, p. 199-234.

**GOMES**, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais – Os fenícios no território português*. Lisboa. 4, p. 73-107.

**MAIA**, M. (2006): La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. In *Historia de la pesca en el ámbito del estrecho (I Conferencia Internacional)*. Cádiz. Vol. I, p. 455-488.

**MARÍN JORDÁ**, C.; **RIBERA Y LACOMBA**, A. (2000): Las cerâmicas de barniz negro de *Valentia*. In *La cerâmica de vernís negre dels segles II i I a.C. Centres productors mediterranis i comerciaçtziació a la Península Ibérica*. (Empúries, 1998). Mataró, p. 91-106.

**MORET**, P. (2002): *Mastia Tarseion* y el problema geográfico del segundo tratado entre Roma y Cartago. In *Colonizadores e indígenas en la Península Ibérica*. Mainake, XXIV (número monográfico), p. 257-276.

**NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS**, A. M. (2000): La producción de cerâmicas rojas de tradición griega en la zona de Cádiz. La cerâmica de tipo 'Kuass': una nueva perspectiva. *Madridier Mitteilungen*. 41, p. 178-196.

**NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS**, A. M. (2003a) – *Las Cerâmicas Gaditanas "Tipo Kuass"*. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.

**NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS**, A. M. (2003b) – El uso ritual de la vajilla cerâmica en la necrópolis púnica de Cádiz. *Archivo Español de Arqueología*. 76, p. 3-30.

**NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS**, A. M. (2004): La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos dados aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In *Figlinae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerâmicas en la Bética romana (ss II a.C.-VII d.C.)*. Vol. 2, p. 677-689.

**PELLICER CATALÁN**, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas preromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.

**PEREIRA**, A. R.; **DIAS**, J. M.; **LARANJEIRA**, M. M. (1994): *Contribuições para a geomorfologia e*

*dinâmicas litorais em Portugal*. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa. Rel. n.º 35, p. 75-89.

**PÉREZ BALLESTER**, J. (1994): Asociaciones de laginos, boles helenísticos de relieves y ânforas rodias en contextos mediterrâneos (siglos II y I a.C.). In *Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad (Simposio Internacional, Ampurias, 1991)*. Huelva Arqueológica. Huelva. XIII: 2, p. 345-365.

**PIMENTA**, J. (2005): *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Arqueologia.

**PY**, M.; **ADROHER AUROUX**, A.; **SANCHEZ**, C. (2001): *Corpus dès céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999)*. Lattara. Lattes. Vol. 14, tomo 1.

**RÁMON TORRES** (1995): *Las ânforas fenício-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.

**RIBERA I LACOMBA**, A. (1998): La fundació de Valencia. La ciutat al'època romanorepublicana (segles II-I a.C.). Valencia: Institució Alfons el Magnànim (Estufios Universitarios, 71).

**ROCHA**, A. S. (1906): Necrópole luso-romana do Molião. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. Tomo I, n.º 3, p. 103-105.

**RUIZ MATA**, D.; **NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS**, A. M. (1999): La zona industrial de Las Cumbres y la cerâmica del s. III a.C. (Castillo de Doña Blanca – El Puerto de Santa Maria, Cádiz). In *XXIV Congreso Nacional de Arqueologia. Impacto colonial y sureste ibérico (Cartagena, 1997)*. Múrcia: Instituto de Património Histórico. Vol. III, p. 125-131.

**SOUSA**, E. (2005): *A cerâmica de "tipo Kuass" do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

**SOUSA**, E.; **SERRA**, M. (2005): Resultado das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 6: 1, p. 5-20.

**VARGAS CANTOS**, S. (2000): El vicus occidental de *Colonia Patricia*, bases para su estudio. *Anales de Arqueologia Cordobesa*. Vol. 11, p. 177-201.

**VAZQUÉZ PAZ**, J. (2006): Contexto ceramológico de la Carmona romana alto imperial. *Carel*. Carmona. Vol. 4, p. 1641-1670.

**VEIGA**, E. da (1910): *Antiguidades monumentaes do Algarve*. Cap. V: Tempos históricos. Lacobriga. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. XV, p. 220-222.

**VIEGAS**, C. (2006): *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Município de Tavira.